

ASPECTOS METODOLÓGICOS NA ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS SENADORES CEARENSES E PARAIBANOS SOBRE ÁGUA E IRRIGAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO

Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras
josiascastro@uol.com.br

RESUMO

Neste artigo enfocamos dois aspectos que integram o dispositivo para análise das condições de produção de discursos políticos. Fizemos o recorte dos discursos dos parlamentares cearenses e paraibanos no Senado Federal, nas legislaturas correspondentes ao período de 1991 a 2000. O *corpus* é composto de pronunciamentos sobre água e irrigação no Ceará e Paraíba. Os aspectos dizem respeito ao contexto e às formações imaginárias sobre o referente, indispensáveis à análise das condições de produção de discursos. Além disso, tratamos também a análise da implementação de políticas territoriais, tendo em vista a ampliação de áreas irrigadas no Ceará e Paraíba.

Palavras chave: Discursos políticos, água, irrigação.

ABSTRACT

In this article we focused two aspects that integrate the device for analysis of the conditions of production of political discourse. We made the cutting of the parliamentarians from Ceará and Paraíba discourse in the Federal Senate, in the legislatures corresponding to the period from 1991 to 2000. The *corpus* is composed of pronouncements about water and irrigation in Ceará and Paraíba. The aspects say respect to the context and the imaginary formations on the referring, indispensable to the analysis of the conditions of production of discourse. Besides, we also treated the analysis of the political actions in the territory, tends in view the amplification of areas irrigated in Ceará and Paraíba.

Key words: Political discourse, Water, Irrigation.

Introdução

Nesse novo século a continuidade do conflito que se consubstanciou no final do século passado, é pensado a partir da seguinte questão: porque o processo de distribuição tem sido sempre menos dinâmico do que o da sua produção?.¹ Essa foi a questão que moveu a produção desse estudo. Examinamos também se ainda prevalece a propagação de um imaginário que reforça o mito hídrico, reproduzido nos discursos políticos e suas influências nas decisões de ações governamentais concretas.

Em tempo pretérito, os discursos políticos reforçavam uma dizibilidade da elite política nordestina que exigia água para o combate às secas. As ações governamentais dirigiam-se à implementação de projetos e programas voltados à produção de água através de obras de represamento, construção de poços e transposição de águas entre bacias.

Nos anos 1990, parece que se concretizou um novo discurso a partir dos debates globais sobre usos de recursos hídricos em que foram agregados modelos inovadores de gestão. Nessa perspectiva, inseriu-se no plano da retórica política a distribuição de água através de ações voltadas à construção de adutoras, canais, perenização de rios e irrigação de acentuada participação da iniciativa privada.

No que tange aos discursos políticos é relevante salientar as relações entre a prática política e o discurso, revelando para todos que o discurso não é somente um mero instrumento de comunicação, mas uma relação que envolve sujeitos, sentidos, contextos e efeitos de significação. Na sua elaboração, o sujeito produtor do discurso leva em conta seu desejo de influir nas decisões sobre as ações que podem modificar o espaço regional.

Os sentidos dos discursos e das práticas do sujeito são elementos que devem ser considerados, pois, entendemos o discurso político inserido num jogo semântico que encobre as reais intenções do

sujeito. Porém, os efeitos também são apreciados. Estes, são elaborados pelos sujeitos que, ao criarem os discursos (objeto simbólico), estão interessados na decodificação/interpretação por parte dos interlocutores ou receptores do discurso.

Os discursos e as práticas são ferramentas importantes aos geógrafos para a compreensão dos sentidos de várias políticas voltadas à execução de obras produtoras e distribuidoras de água ou à implementação da política hídrica que leva em conta a gestão territorial e o capital social na participação das decisões políticas. Dessa maneira, as águas escassas devem ser pensadas à luz da análise discursiva dos representantes e as suas influências nas ações governamentais que podem apontar para novas práticas políticas conservadoras ou transformadoras das estruturas do poder territorial local e nacional, rebatidas no espaço geográfico. Dessa forma, esse estudo alicerçou-se nas “(...) relações entre a política e espaço, enfocadas dentro da perspectiva do imaginário político-geográfico e das ações que se concretizam no território”²².

Sob essa perspectiva destacamos como tema central na tese a investigação sobre a escassez de água como suporte para as condições de produção de discursos políticos de parlamentares nordestinos e a avaliação das políticas públicas no setor hídrico como possíveis estratégias para obtenção de vantagens, em detrimento da manutenção do *status quo* social. Investigamos se as estratégias no setor hídrico são usadas para garantir privilégios econômicos às elites regionais e nacionais, ou ainda na minimização das dificuldades enfrentadas pela maioria das populações mais carentes durante os períodos de estiagem.

Preocupados com os impactos das ações governamentais e da propagação dos discursos políticos sobre água no semi-árido, propusemos desenvolver uma pesquisa cuja questão central foi a seguinte: como podemos interpretar os novos e velhos discursos sobre a água no semi-árido nordestino e as práticas no contexto de mudanças na gestão territorial dos recursos hídricos?

Quanto ao recorte espacial, selecionamos dois Estados nordestinos para demonstrarmos a constituição dos discursos e das práticas, com finalidade comparativa: O Ceará, por ser pioneiro no Nordeste da adoção da Política e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Contudo, não abandonou a receita de políticas que passam pela solução hidráulica, tendo como seu maior símbolo o Açude do Castanhão; e a Paraíba, pelo fato de ser considerado o Estado mais pobre em recursos hídricos subterrâneos e superficiais, tendo como solução hidráulica, a transposição de águas do rio São Francisco, considerado o carro-chefe da redenção paraibana.

O recorte temporal de nossa análise ficou reservado aos anos noventa. Foram dois os motivos que nos levaram a esse recorte. O primeiro, deveu-se ao problema de operacionalização metodológica. Alongar esse período significava ampliar o *corpus*³ para análise. Como o dispositivo de análise de discurso é complexo, envolvendo diversos tópicos, correríamos o risco de tornar a pesquisa inexequível. O segundo, estava relacionado à implementação política da gestão territorial dos recursos hídricos nos Estados brasileiros, além de ser uma década em que se destacava a execução de grandes projetos hídricos no semi-árido cearense e paraibano, como a interligação entre bacias hidrográficas, a perenização de rios e riachos, a construção de adutoras e canais, e também a continuidade dos programas de açudagem.

Definimos duas bases metodológicas para a análise. Uma referiu-se ao discurso político em que o texto verbal é instrumento fundamental para alcançarmos os objetivos da pesquisa. Para isso, selecionamos os procedimentos adotados pelos lingüistas na análise do discurso necessários à interpretação e compreensão dos textos. O *corpus* discursivo é constituído de pronunciamentos dos detentores do poder político e decisório da chamada Câmara Alta (Senado Federal) nas legislaturas da década de noventa. A diretriz principal para essa escolha foi a proporcionalidade, ou seja, pesos políticos iguais para cada unidade de representação federativa.

A outra correspondeu à análise das conseqüências efetivas dos discursos políticos na implementação da política e do sistema nacional e estadual de recursos hídricos, contemplando a possível definição das reformas de ordem legal, institucional, política e das ações governamentais nesses Estados. Esse tópico pôde nos indicar se as mudanças apontaram o reforço do poder político local das elites nordestinas ou

representaram a inserção do social nos planos governamentais. Nesse sentido, devemos verificamos o conjunto de ações tomadas a partir de decisões em grupos políticos e sociais para a materialização no espaço não só das infra-estruturas necessárias às demandas econômicas e sociais, mas do envolvimento da sociedade local na elaboração dos planos e na execução das ações.

Antes de apontarmos os resultados da análise do discurso dos senadores sobre água e irrigação no semi-árido, apresentaremos a seguir um resumo da metodologia adotada para análise dos discursos políticos, buscando definir como componentes principais para esse artigo, o jogo de imagens produzidas pelos sujeitos. Nele, observamos a posição dos senadores quanto à relação que fazem sobre a prática da irrigação no semi-árido com a disponibilidade hídrica na região, considerando também o uso múltiplo da água.

Operacionalização e delimitação do corpus para a análise do discurso político

A análise do discurso pressupõe a elaboração de um dispositivo que possibilita ao analista afastar-se de seus juízos de valores e da subjetividade extremada, expressados pela posição ideológica, os quais comprometem a interpretação dos textos. Dessa maneira, a interpretação de sentidos nos textos, por meio de métodos de leituras superficiais, pode conduzir o analista ao falseamento do real, isto é, do direcionamento interpretativo dirigido pelo leitor em que este insere na leitura seus valores, suas utopias, suas ideologias e seu imaginário do mundo. Isso implica dizer que, conforme Eco, “A linguagem sempre diz algo mais do que seu inacessível sentido literal, o qual já se perdeu a partir do início da emissão textual” (ECO, 1999, p. XIV).

Nossa operacionalização foi estabelecida a partir do caminho aberto deixado por outros trabalhos que tiveram como objeto central o estudo da relação entre o discurso e a prática, relevante para a compreensão de alguns problemas regionais, como: o atraso, a dependência, a fome, a sede, a pobreza, o preconceito...

A inspiração para a definição das linhas gerais que norteiam a metodologia aplicada à análise do discurso e das práticas, partiu de uma pesquisa bibliográfica, buscando outros trabalhos para a compreensão do Nordeste a partir de discursos sobre a região e as diferentes ações institucionais. O resultado de nossa pesquisa recaiu sobre quatro estudos relevantes, dos seguintes autores: Carvalho (1987), Paulino (1992), Castro (1992) e Albuquerque Júnior (1999).

A escolha deveu-se à relevância que os respectivos autores dão à compreensão/explicação das complexas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais rebatidas no espaço regional. São dinâmicas vistas a partir de pesquisas centradas no discurso de atores políticos, de intelectuais ou de instituições do poder público e de práticas, como uma manifestação política das elites regionais ou as ações governamentais dirigidas à região Nordeste.

Na posição teórico-metodológica que adotamos, a análise do discurso é considerada como um procedimento de interpretação de textos, falados ou escritos – texto verbal humano - em que se procura retomar os significados sociais expressos no discurso por meio da análise de estruturas lingüísticas dentro de seus contextos, ou melhor, a interpretação do discurso através da ligação entre a estrutura lingüística e as condições de produção dos textos. Estudamos, portanto, a ligação entre as circunstâncias de um discurso e seu processo de produção. Segundo Gadet & Hak (1993) essa perspectiva “(...) está representada na teoria lingüística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão” (GADET & HAK, 1993: p. 75).

Ao estudarmos as teorias da análise do discurso nos deparamos com diversas possibilidades teórico-metodológicas para a decomposição de textos⁴. Respeitando nossa limitação devido à formação intelectual numa área específica das ciências humanas, que não trata a análise lingüística de textos, o procedimento selecionado referiu-se à análise do discurso, considerando o funcionamento da produção de sentidos.

Essa perspectiva foi inspirada nas condições de produção descritas por M. PÊCHEUX em sua “*Análise Automática do Discurso*”.

Tal intenção, a de análise do discurso baseada nas condições de sua produção, deve(u)-se ao seguinte motivo: na análise das condições de produção do discurso não se considera fundamental apenas a palavra ou a frase, mas o texto. Segundo Osakabe,⁵ o texto corresponde à “(...) noção de realização verbal entendida como uma organização de sentido, tendo o valor de uma mensagem completa e válida num contexto dado” (OSAKABE, 1999, p. 209). Para a construção do procedimento de análise nesse estudo, nos baseamos, em parte, no tratamento metodológico adotado pelo autor acima que se serve da análise do discurso para interpretar os pronunciamentos de Getúlio Vargas (discurso político-militante), nos textos de Azevedo Amaral e Oliveira Viana (discurso político-teórico) e em FORGET (1994, P.35-60) na sua análise do discurso autoritário do período de distensão do regime militar no Brasil. Enfim, é um tipo de análise que visa a compreensão de como se produz sentido, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Isso implica na interpretação da relação entre o sujeito (locutor), o ouvinte, o contexto e os sentidos contidos no texto.

Dito essas palavras iniciais, apresentamos a construção do primeiro roteiro de nossa proposta de análise dos discursos políticos, sendo considerados os conhecimentos necessários para interpretação do posto e do pressuposto em três níveis básicos: do sistema lingüístico envolvido; do contexto sócio-histórico em que o texto foi produzido e; dos mecanismos de estruturação dos significados. Portanto, destacamos um roteiro operacional para decompor os discursos (textos) e, em seguida, interpretá-los de maneira mais objetiva.

Inicialmente, nosso primeiro passo consistiu na definição de um campo a ser explorado. Definimos como campo de pesquisa a **água** enquanto elemento que induz diferentes discursos e práticas que emanam dos interesses econômicos, políticos e sociais no Nordeste; segundo, fizemos uma subdivisão do campo em categorias temáticas, selecionada a partir da leitura completa e apropriada do material estudado. Buscamos, nesse passo, identificar, preliminarmente, os termos diretamente ligados à temática recursos hídricos no Nordeste, como: água, açude, barragem, abastecimento, hídricos e seca. O *corpus* é constituído de pronunciamentos dos detentores do poder político e decisório do Legislativo Federal, no caso os Senadores.

De posse do material empírico e estabelecida sua classificação, considerando o campo explorado e a sua subdivisão em categorias temáticas, identificamos os sentidos contidos nos textos apoiados na análise das condições de produção dos discursos. Levamos em conta, também, a seguir, a ordem de relevância dos elementos de análise adotados.

O estudo das condições de produção de discursos consiste em estabelecer a ligação entre a estrutura lingüística selecionada pelos emissores e o contexto, como pano de fundo específico dos discursos. Por isso, na análise do discurso, observando as condições para sua produção, são considerados: o contexto sócio-político e histórico; a presença dos interlocutores; o lugar de onde falam os locutores; a imagem que fazem de si e do outro; e o referente. Assim, nossa primeira tarefa consistiu na caracterização do esquema informacional, do esquema das formações imaginárias, dos atos da linguagem e a segunda, na organização argumentativa dos pronunciamentos estudados.

Em função do objetivo desse artigo, descreveremos apenas o esquema das formações imaginárias.

Trata-se aqui de ir além do esquema informacional, pois na análise do discurso, sobretudo o político, não podemos centrar nossas observações na mensagem que o destinador transmite ao destinatário. Há, na realidade, uma troca mútua de sentidos entre eles, pois todos participam das condições de produção. Assim, para Gadet e Hak, o que “(...) funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (*Op. cit.*, p.82). Para tanto, nos apoiamos no seguinte esquema exposto por Pêcheux (PÊCHEUX *apud* GADET & HAK, *op.cit.*, p.83).

Podemos acrescentar outro esquema constituído dos pontos de vista de A e de B sobre o referente.

Expressão designando As formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” sustenta a formação imaginária
A	$I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo eu?”
B	$I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala?”

A influência das formações imaginárias no processo de constituição dos discursos é aspecto teórico-metodológico que vale ser ressaltado. É também através delas que o destinador organiza sua estratégia discursiva. Para Orlandi “(...) as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica” (ORLANDI, 1999, p.40).

O esquema das formações imaginárias é uma tarefa relevante para destacarmos dos textos o jogo de imagens. Para Pêcheux a projeção das imagens que funciona nos processos discursivos “(...) é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. (PÊCHEUX *apud* GADED & HAK, 1993, p.82). Acrescenta ainda que “(...) o referente (R, o contexto, a situação na qual aparece o discurso) pertence igualmente às condições de produção. Sublinhemos mais uma vez que se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física”. (*Op.cit.*, p.83).⁶

Para Osakabe, “(...) o conceito de imagem só se revela operacional para definição das condições de produção, à medida que possibilita a explicitação do processo de correlação, que se estabelece no locutor, entre o próprio locutor como agente imediato do discurso e o ouvinte como objeto de interesse e, ao mesmo tempo, como influente nesse mesmo discurso” (OSAKABE, 1999, p.92-93).

Essas formações não são apenas relações de papéis sociais determinados que cada ator assume. É mais que isso. Podemos encontrar nesse esquema outros elementos para incorporar a interpretação dos discursos. Além das imagens, pode ser revelada “(...) a natureza do ato que A pratica ao falar de determinada forma e da natureza do ato a que A visa em B” (*Op.cit.*, p.55).

Assim, desprezamos os esquemas centrados na recepção, ou seja, em B ou destinatário, por ter que considerarmos outros esquemas que dizem respeito às condições de recepção do discurso, que é outra tarefa, não cabendo aos propósitos destinados para esse estudo.

Dessa forma, consideramos apenas a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A ($I_A(A)$), a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A ($I_A(B)$) e o ponto de vista de A sobre R ($I_A(R)$). Porém, caso fique evidente o ponto de vista de B sobre R nos discursos de A ($I_B(R)$), deveremos considerá-lo.

As respostas que observamos desse esquema são aquelas condicionadas aos interesses dominantes de um indivíduo ou grupo que se caracteriza por um discurso coletivo unificado. Nossa tarefa foi tão-somente destacar do texto as significações comuns a A (indivíduo ou grupo) e a B. No caso da imagem de A e B sobre o Referente, devemos destacarmos a imagem que o locutor tem do referente, bem como a imagem que o locutor pensa que o ouvinte tem do mesmo referente em pauta.

Do quadro apontado, devemos ainda destacar as imagens mútuas sobre as quais o locutor constrói seu discurso, pois para Pêcheux “(...) todo processo discursivo supõe a existência das formações imaginárias” (PÊCHEUX *apud* GADET & HAK, 1993, p.83) que correspondem ao primeiro passo para análise das condições gerais de produção de discurso e que contêm um tipo de informação a ser obtida.

Portanto, o funcionamento do discurso para Orlandi, não repousa sobre “(...) os sujeitos físicos nem os lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções” (ORLANDI, 1999, p.40). Segundo ela, este mecanismo imaginário, num quadro de condições de produção, está presente nos processos de identificação dos sujeitos. As identidades resultam, conforme a autora, dos processos de identificação em que o imaginário tem sua eficácia. Além das correlações entre o esquema informacional, o das formações imaginárias e o dos atos de linguagem, há também o da organização argumentativa.

Delimitação do corpus para a análise dos discursos políticos

A leitura dos trabalhos publicados a respeito dos discursos e práticas das elites e instituições no Nordeste apontou para um aspecto que nos chamou atenção sobre a análise do comportamento discursivo no Nordeste, historicamente constituído. Trata-se da resistência às mudanças políticas, econômicas e sociais, mantendo-se, secularmente, uma situação de permanência do *status quo* nordestino, em que a elite econômica e política obtêm benesses dessa condição. Embora os trabalhos apontem indícios de mudanças no papel do Estado nos realinhamentos, nos pactos políticos e nas transformações da estrutura do poder, no Nordeste configurou-se um modelo que Carvalho (1988) denominou de *modernização conservadora*.

A atitude conservadora da elite nordestina não se dá apenas no exercício das práticas políticas, econômicas e sociais, mas também no plano discursivo que, sob influência do contexto sócio-histórico, passa por constantes ajustes.

Por isso, fomos conduzidos a delinear um objetivo para a análise do discurso político que foi o seguinte: analisar os discursos das elites políticas nordestina, tomando por base empírica os pronunciamentos dos Senadores Federais das bancadas cearense e paraibana na década de noventa, cuja referência temática recai sobre a política hídrica para os Estados do Ceará e da Paraíba.

Os pronunciamentos dos parlamentares do Senado Federal são garantidos sob regulamentação do regimento interno e refletem sua face lingüística por serem produtos de indivíduos concretos em situações concretas, com finalidades específicas e sob determinadas condições de produção. Torna-se necessário, por sua vez, entendê-los como uma combinação de seqüências textuais, através das quais são mantidas as inter-relações entre os indivíduos (sujeitos) por meio da linguagem. Esta é entendida como atividade em que os usuários mantêm relações entre si mediante o uso da língua, evidenciando a “(...) capacidade que tem o ser humano de interagir socialmente por meio de um língua, das diversas formas e com os mais diversos propósitos e resultados” (KOCH, 2000, p.12). Portanto, esses discursos políticos “(...) testemunham a posição do indivíduo que fala em nome de um grupo, de um partido ou de uma opção ideológica” (FORGET, 1994, p.15).

Analisar discursos políticos não é apenas uma tarefa para desvendar as significações dos enunciados que, ao serem combinados, põem em evidência a identidade discursiva de um indivíduo ou de um grupo político ou menos ainda, comprovar as ligações que estes têm com o desejo e com o poder. Mas é também, estabelecer a ligação entre a estrutura lingüística e as condições de produção dos textos, analisadas sob um prisma metodológico que indica os resultados do plano estratégico dos sujeitos produtores de discursos em diferentes situações, escalas geográficas e propósitos.

Os pronunciamentos dos políticos em pauta reúnem características fundamentais, dentre as quais destacamos: destinados a agir sobre certos interlocutores; estarem presos ao contexto espaço-temporal em que são produzidos; possuírem riqueza argumentativa, principalmente com o progressivo (re)estabelecimento da democratização da sociedade, em que essa estratégia discursiva ganha peso, tornando-se uma manifestação política. Essas características foram relevantes para pensarmos o exercício da escrita e da fala política que, no plano discursivo, evidenciam não só a relação de forças entre os locutores, mas podem ser realçadas as contradições, as indeterminações, as coesões e as oposições.

Nesse sentido, o entendimento de Brandão sobre a linguagem foi a perspectiva que mais se aproximou de nossos objetivos, pois,

(...) a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. Ela é o ‘sistema-suporte das representações ideológicas (...) é o **medium** social em que se articulam e defrontam agentes coletivos e se consubstanciam relações interindividuais’ (Braga, 1980 cf. Brandão). Como elemento de mediação necessária ente o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de

confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais (BRANDÃO, 1998:12).

Desse modo, definimos neste tópico, os recortes temporais e espaciais do estudo, os critérios para a seleção dos parlamentares, a constituição do *corpus* para a análise e a identificação dos eixos temáticos nos pronunciamentos. Para esse artigo nos atemos apenas para na constituição dos discursos e da identificação dos eixos.

Considerando os critérios para seleção dos parlamentares no trabalho, chegamos aos seguintes: Bancada Cearense (Beni Veras e Lúcio Alcântara); e Bancada Paraibana (Ney Suassuna e Ronaldo Cunha Lima).

Num universo de 2.713⁷ pronunciamentos dos Senadores das bancadas cearense e paraibana no período de nove anos (1991 - 2000) foram tratados assuntos gerais (problemas internos ao Senado, comunicações, assuntos internacionais, dentre outros) e específicos aos seus Estados de origem. Os assuntos mais específicos que se referiram ao Nordeste semi-árido foram os que iam ao encontro dos nossos objetivos. Neles foram reveladas as posições ideológicas, as estratégias discursivas e as ações, o imaginário que queríamos (re)construir sobre a Região na sociedade local e nacional, os propósitos dos pronunciamentos dentro de variados contextos sócio-econômico, político e histórico, da elite política da região Nordeste.

Então, conforme os critérios de seleção dos parlamentares para a análise, destacaram um total de 1.266 discursos pronunciados pelos Senadores das bancadas cearense e paraibana, podendo ser observados na **Tabela 1** – Total de Pronunciamentos dos Parlamentares Cearenses e Paraibanos na Década de 90. Exploramos os seus temas diversos, considerando a frequência em termos percentuais.

TABELA 1 - Total de Pronunciamentos dos Parlamentares Cearenses e Paraibanos na Década de 90

Senador	Partido	Estado	Quantidade	Frequência (%)
Lúcio Alcântara	PSDB	CE	705	55,68
Beni Veras	PSDB	CE	58	4,58
Ney Suassuna	PMDB	PB	394	31,13
Ronaldo Cunha Lima	PMDB	PB	109	8,61
TOTAL			1.763	100

FONTE: Senado Federal, 2001.

Fizemos, a partir desse total de discursos, uma triagem na qual pesquisamos, em cada parlamentar, temas relacionados a: água, açude, barragem, abastecimento, hídricos e seca. Utilizamos o *site* do Senado Federal (<http://www.senado.gov.br>) para a referida pesquisa, usando o banco de dados contido no *link* conhecido por *Portal do Senado*. Entramos com os termos acima relacionados e após nova triagem, com a leitura de superfície textual, obtivemos o seguinte resultado contido na **Tabela 2** – Total de Pronunciamentos sobre os Temas Água e Seca na década 90.

TABELA 2 - Total de Pronunciamentos sobre os Temas Água e Seca na Década de 90

Senador	Partido	Estado	Quantidade	Frequência (%)
Lúcio Alcântara	PSDB	CE	47*	3,71
Beni Veras	PSDB	CE	13**	1,02
Ney Suassuna	PMDB	PB	45	3,55
Ronaldo Cunha Lima	PMDB	PB	12	0,94
TOTAL			117	9,22

FONTE: Senado Federal, 2001.

* Eliminamos os discursos que tinham o termo água, mas que não havia relação com os nossos objetivos. Por exemplo, o de pronunciamento de 20/04/1999, o locutor falava sobre a tendência a privatização do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Brasil. Dessa forma, consideramos 40 pronunciamentos para análise

** Descartamos o discurso do dia 15/04/1992, por ferir-se exclusivamente ao tema desenvolvimento regional do Nordeste. Portanto, selecionamos 12 discursos desse parlamentar

Dos 1.266 pronunciamentos destacamos apenas 9,22% de discursos cuja referência recaiu sobre os temas relacionados à água e à seca na década de noventa. Isso implica dizer que todos os parlamentares selecionados produziram 117 discursos sobre esses temas.

Na tabela 2 é importante observar as tendências, no Senado Federal, em relação aos parlamentares que têm interesse em enfatizar os temas em destaque. Os Senadores Lúcio Alcântara do Ceará e Ney Suassuna da Paraíba foram os parlamentares que mais ocuparam a tribuna do Senado para referenciar sobre água e seca no Nordeste brasileiro. Essa observação foi um dos elementos que nos auxiliou na interpretação da heterogeneidade dos discursos políticos das diferentes bancadas, como veremos mais adiante.

Outra preocupação nossa foi distribuir, no tempo, esses pronunciamentos, com o intuito de focalizar os contextos que levaram tais parlamentares a se pronunciarem na tribuna do Senado. A **Tabela 3 – Distribuição Temporal dos Discursos de cada Parlamentar sobre Água e Seca**, demonstra essa perspectiva.

TABELA 3 - Distribuição Temporal dos Discursos de cada Parlamentar sobre Água e Seca

Nome do Parlamentar	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
Lúcio Alcântara	---	---	---	---	06	06	11	09	09	06	47
Beni Veras	03	02	07	---	---	01	---	---	---	---	13
Ney Suassuna	---	---	---	---	03	05	10	13	10	04	45
Ronaldo Cunha Lima	---	---	---	---	01	02	---	04	03	02	12
TOTAL	03	02	07	---	10	14	21	26	22	12	117

FONTE: Senado Federal, 2001.

Mais da metade dos discursos se concentrou nos anos de 1997, 1998 e 1999. Essa concentração foi outro elemento para compreendermos tanto os efeitos pretendidos pelos locutores dentro de um contexto sócio-político e histórico particular, como possibilidade de serem reveladas as possíveis transformações políticas refletidas através de mudanças nas estratégias discursivas da elite política nordestina.

Esses dados não deixam evidentes as posições que cada parlamentar defende ao se pronunciar sobre esses temas. Porém, o contexto no Nordeste, nos anos 90, pode nos revelar a prioridade dada aos discursos sobre seca em relação à água. Não significa dizer que os discursos produzidos sobre água foram menos relevantes que os da seca. Contudo, vale salientar dois aspectos: primeiro, foram constatados dois períodos de seca no Nordeste, um em 1993 e outro em 1998, este último tido como o pior da década; segundo, quase sempre os discursos produzidos sobre a seca estavam diretamente associados às soluções hidráulicas, ou seja, a água é a fonte salvadora para a secura do semi-árido.

É relevante ressaltar que os temas relacionados à água e à seca compõem a maioria dos discursos dos parlamentares selecionados, mas no interior dos textos podem ser destacados outros temas. Esse foi o motivo que nos conduziu a classificá-los em cinco eixos temáticos que formam o *corpus* para análise. Foram os seguintes:

Eixo 1 – *Grandes Obras Hídricas Redentoras;*

Eixo 2 – *Água e Seca;*

Eixo 3 – *Programas e Gestão de Recursos Hídricos;*

Eixo 4 – *Água e Irrigação no Semi-Árido; e*

Eixo 5 – *Modernização e Organização Institucional: seus impactos na política hídrica do Nordeste.*

Realizamos primeiro uma leitura de superfície dos textos com objetivo de destacar neles os assuntos centrais e, em seguida, classificamos os discursos obedecendo aos eixos temáticos. A seguir, apresentamos os resultados da análise dos discursos, considerando as condições de sua produção, expondo o esquema das formações imaginárias nos discursos desses parlamentares sobre água e irrigação no Nordeste.

Água e Irrigação no Nordeste

Produziram discursos sobre esse eixo temático, os Senadores: Beni Veras (04/06/1993); Lúcio Alcântara (20/04/1995, 13/08/1996, 11/12/1996, 22/01/1997, 27/02/1997, 05/03/1997, 05/05/1997, 16/10/1997, 15/04/1998 e 03/10/2000); Ney Suassuna (06/09/1995 e 05/02/1998).

A seguir exploramos os procedimentos metodológicos adotados a partir da construção do dispositivo analítico para os pronunciamentos dos parlamentares mencionados. A análise está dividida nas seguintes partes: a) contexto; e b) esquema das formações imaginárias.

a) Contexto

O pronunciamento de Beni Veras resultou de seus trabalhos nas Comissões de Modernização do DNOCS e de Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro. O discurso referia-se à sua visita aos projetos de irrigação dos Chapadões de Russas no Estado do Ceará; de Apodi e da Agroindústria MAISA em Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, em companhia do Ministro da Integração Regional e de outras autoridades. Tratava-se de uma narrativa dessa visita, ressaltando a relevância dos empreendimentos em agricultura irrigada para o desenvolvimento do Nordeste.

Nesse período foram assinados contratos para a execução de grandes projetos voltados à agricultura irrigada no Estado do Ceará. Essa visita abriu possibilidades para sua participação em dois seminários sobre irrigação realizados em 1993. O primeiro foi em Brasília na SEPLAN, no período de 17 à 18 de julho, em que foram realizadas exposições de técnicos, autoridades, empresários e representantes de trabalhadores em agricultura e apresentadas as recomendações e as sugestões para o desenvolvimento de políticas agrícolas no País, sobretudo, a agricultura irrigada. O outro foi nos Estados Unidos. No evento os parlamentares e os técnicos buscavam conhecer as experiências em irrigação aplicadas em outros países, podendo serem adaptadas no Brasil.

Em Lúcio Alcântara, o contexto que serviu de suporte à produção do discurso de 20/04/1995 foi o início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo como Ministro do Planejamento o Sr. José Serra. O referencial utilizado para a produção desse discurso foi a posição tomada pelo Ministro quanto às obras inacabadas no Nordeste. O Senador falou sobre as razões políticas das descontinuidades das obras e as suas conseqüências sociais e econômicas.

No pronunciamento de 13/08/1996, a matéria publicada no jornal O POVO de Fortaleza, intitulada “Salvemos o Projeto”, sobre a precariedade em que se encontrava o Projeto do Distrito de Irrigação Jaguaribe – Apodi (DIJA) no Estado do Ceará, motivou a sua produção. Segundo o Senador “As informações que dão conta da inadimplência de um projeto de irrigação recente, de alto custo, com modelo inovador, impactaram na sociedade cearense, (...)” (LÚCIO ALCÂNTARA, 13/08/1996).

Além de falar sobre obras paralisadas no Nordeste, apelou aos congressistas e ao Presidente da República que defendessem e investissem na agricultura irrigada no Nordeste. Salientou também a necessidade de amplos programas governamentais para dotar o semi-árido de infra-estrutura a fim de atrair grandes investidores capitalistas. A água não é pensada apenas para o abastecimento humano, mas para utilização nos mega-projetos da agricultura moderna.

O pronunciamento de 11/12/1996 foi inspirado a partir da matéria publicada no Jornal Parceria, edição oficial do sistema de gestão participativa do Governo do Ceará, sobre a agricultura irrigada no Estado. Apresentou as principais teses que, em síntese, correspondiam às preocupações alarmistas quanto ao crescimento da população em relação à produção de alimentos. Mediante as informações apresentadas, refletiu a respeito da condição do Brasil quanto à produção de alimentos provindos da agricultura irrigada em comparação a outros Países, como China, Índia e Estados Unidos, que era inferior.

No pronunciamento de 22/01/1997, mais uma vez tratou sobre a agricultura irrigada no Nordeste, defendendo ajustes na elaboração dos projetos irrigados. Criticou a situação dos perímetros irrigados de

iniciativa pública, propondo mudanças na lei da irrigação que não permitia investimentos do setor público e privado na configuração dos projetos modernos de irrigação.

Face aos seus pronunciamentos sobre a irrigação moderna, obras paralisadas e políticas de desenvolvimento para o semi-árido nordestino, apresentou dois discursos sobre os projetos de irrigação no Ceará, ressaltando ainda o Projeto São José do Governo do Ceará voltado à pequena agricultura. Tratavam-se dos discursos de 27/02/1997 e 05/03/1997. Esse foi o ano em que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, nomeou o Senador Arlindo Porto para o Ministério da Agricultura e do Abastecimento que, por sua vez, lançou o Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste.

No pronunciamento de 05/05/1997 não havia referências diretas sobre recursos hídricos, mas constatamos importantes enunciados em que o Senador (re)construiu as imagens do Nordeste como região-problema à região de grandes potencialidades.

No pronunciamento de 16/10/1997 fez questão de lembrar a passagem do dia do agrônomo. Esse efeito de lembrança devia-se a duas situações que quis evidenciar: a) as transformações que o Estado do Ceará vinha processando no campo por intermédio do Governador Tasso Jereissati; e b) a necessidade de recursos da União para que o Governador pudesse tocar as principais obras infra-estruturais, de qualificação profissional em recursos hídricos e irrigação, para atender ao novo perfil produtivo que o Estado vinha promovendo.

O lançamento do Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Nordeste, pelo Presidente da República, motivou o discurso de 15/04/1998. Foi um discurso para destacar seus princípios fundamentais. Além de divulgá-lo, pressupôs existirem opiniões contrárias às imagens sobre o Nordeste e sobre esse programa governamental.

A produção do discurso de 03/10/2000 justificou-se pelos resultados das pesquisas censitárias do IBGE que demonstravam o desempenho do Estado do Ceará, nos últimos doze meses, no aumento da sua produção industrial, colocado em posição privilegiada em relação aos demais Estados brasileiros. Um outro contexto que contribuiu diretamente para a produção desse pronunciamento foi a realização da sétima edição do FRUTAL na cidade de Fortaleza, em setembro de 2000.

Nesse pronunciamento foi realçada a dinâmica econômica do Estado do Ceará no que diz respeito às atividades industrial e agropecuária. Um dos pontos destacados pelo parlamentar foi os investimentos em infra-estrutura. Nesse sentido, destacou informações importantes sobre as tendências da agricultura irrigada no Estado e a necessidade de *produção* de recursos hídricos para atender as demandas.

No primeiro discurso do Senador Ney Suassuna, com base em estudos científicos de pesquisas sobre aspectos naturais, sociais e econômicos da região, especialmente a porção semi-árida, defendia uma política agropecuária adaptada às condições do meio natural da região. No segundo, falava da decolagem do Estado da Paraíba no setor agropecuário em relação aos demais Estados nordestinos.

Sabemos que em 1998 o Nordeste vivenciava mais um período de seca. Esse tema era dominante nos discursos dos parlamentares nordestinos, sobretudo, desse locutor. Contudo, convém salientar que no seu último pronunciamento de 98, a aproximação das eleições para o Governo Estadual impôs-se sobre os demais assuntos. Desse modo, o discurso denotava as primeiras manifestações de parlamentares acerca do início da campanha eleitoral para o Governo do Estado da Paraíba e o Senado Federal. Segundo pesquisa realizada pela Revista Isto É, BRASMARKE e SBT, no período de 16/07/1998, disputavam a vaga os candidatos José Targino Maranhão (PMDB), Gilvan Freire (PSB) e João César de Araújo (PMN). Cada candidato tinha, respectivamente, 57%, 9.1% e 1.2% das preferências do eleitorado. Para o Senado, disputavam a vaga os candidatos Tacísio Burity (PPB) com 29%; Ney Suassuna (PMDB) com 19.5% e Raimundo Lira (PFL) com 13%. Ney Suassuna consagrou-se eleito no pleito de 1998. O discurso de 1998 estava diretamente relacionado ao período eleitoral. Esse fato era circunstancial para que o locutor desviasse suas posições em relação aos aspectos gerais sobre o Nordeste, apresentando noções confusas e contraditórias a respeito da região e de seu Estado, como podemos observar no esquema das formações imaginárias.

b) Sobre o esquema das formações imaginárias

Os discursos estavam centrados nas imagens que o locutor tinha de si (destinador A) e do outro (destinatário B) e do referente (R). Contudo, demos relevância neste artigo apenas às imagens que os parlamentares e outros sujeitos tinham sobre o referente (água e irrigação no Nordeste). Importa as imagens que locutor e destinatários têm sobre o referente, correspondendo às seguintes questões implícitas: a) De que falo eu? Representada pela Expressão $I_A(R)$; e b) que penso do que ele me fala? Pela: $I_A(I_B(R))$.

Podemos afirmar, com base no discurso do Senador Beni Veras, que a imagem que A tinha do R (referente), ou o “pondo de vista” de A, foi dominante em todo o discurso. Como esse item representa a própria produção desse discurso, foi necessário identificar as imagens que o locutor pensava que o ouvinte poderia saber sobre o referente, pois havia uma possibilidade concreta que a imagem do ouvinte poderia ser distinta da sua. Nesse caso,⁸ projetou em direção ao destinatário sua posição em relação às transformações espaciais, sociais e econômicas que essa atividade poderia proporcionar para o semi-árido. A imagem da diferença implícita que poderia existir nos destinatários justificava a produção do discurso.

Queria atingir, desse modo, o nível da singularidade de imagens, construindo essa imagem de maneira aceitável pelo ouvinte ou aceitando parte da imagem que acreditava que o destinatário tinha sobre o referente. Seu intuito foi equacionar as possíveis imagens de distinção à sua sobre a irrigação no Nordeste.

Nesse discurso, foram exploradas as seguintes imagens sobre o referente: 1) Nordeste; 2) recursos hídricos; 3) intervenção do Estado (escalas local e nacional); e 4) irrigação.

Na primeira, alertou para a reunião de condições especiais do espaço regional que poderiam propiciar o advento da agricultura irrigada. Essa posição pode ser observada no seguinte enunciado:

Na região semi-árida, (...), os produtos agrícolas são de melhor qualidade e a produtividade é bem mais alta, pois o semi-árido dispõe de 2.800 horas de sol/ano e a umidade relativa do ar é bem mais baixa durante sete meses do ano, tem terras planas e férteis, fácil mecanização agrícola, no caso dos projetos de irrigação, e ciclos vegetativos menores, o que torna a incidência de pragas menores e, conseqüentemente, reduz-se o uso de defensivos agrícolas (BENI VERAS, 04/06/1993).

Ainda nesse sentido, alertou para a necessidade da visibilidade das potencialidades do semi-árido nordestino. Ilustramos com o seguinte enunciado: “O que nós sentimos, quando andamos pelo interior do Nordeste, como as margens do rio Jaguaribe, Curu, Acaraú e muitos outros, é que essas são terras férteis, muita água não está sendo aproveitada, (...)” (Op.cit.). Concluiu, desse modo, que as imagens de região problema deveria ser desfeita, para dar lugar a uma nova imagem, dizendo que: “Então, há na região, o sentimento de que somos uma região maldita. Na realidade, é o contrário disso: somos uma região abençoada; apenas não trabalhamos no lado forte da região, no que ela tem de maior potencialidade e não usamos essa alavanca para torná-la rica e próspera” (Op.cit.).

Na segunda, quanto aos recursos hídricos, demonstrou as condições hídricas do Nordeste. Para ele “Precisamos aumentar a produtividade, através de uma agricultura moderna que será conseguida por meio de reservas de água disponível para os processos de irrigação. Sem água, todos os fatores citados não poderão ser ativados. A água, no caso do semi-árido, é prioritária” (Op.cit.). Assim, concluiu que as reservas hídricas no Nordeste eram insuficientes para ativar no semi-árido toda a sua potencialidade para a agricultura irrigada moderna.

Na terceira, sobre a intervenção do Estado no Nordeste, alertou para as formas existentes de intervenção no espaço semi-árido, voltadas à implementação da agricultura. Posicionou-se, afirmando que: “O não aproveitamento, até hoje, de todo o potencial de recursos produtivos do Nordeste, necessário à alta sustentação econômica, deve-se, primordialmente, ao fato de que os atuais instrumentos de política econômica brasileiros, até então vistos, são inadequados ao desenvolvimento da Região” (Op.cit.). Assim, passou a efetivar a necessidade de o Governo Federal priorizar essa atividade para dinamizar a vida

econômica e social na região. Prioridade essa que passava pela liberalização de recursos públicos da União. No seguinte enunciado, disse: “Sentimos que o Governo hesita e retarda a liberação de verbas, fazendo com que esse atraso signifique mais alguns anos de fome para esse povo tão sofrido, ao invés de transformar essa realidade de miséria em riqueza e abundância” (Op.cit.). As decisões políticas incentivadoras da agricultura irrigada deviam ter como suporte o *desenvolvimento regional*. Essa posição foi defendida no Congresso Nacional com muito afinco por parte da bancada cearense. Os planos de agricultura irrigada para a produção de frutas para exportação eram tidos como uma das soluções para superar as calamidades produzidas nos períodos secos. Desse modo, defendeu que: “Esse projeto abrangerá cerca de quatro mil hectares, que deverão marcar, no Estado do Ceará, uma importância muito grande, em virtude de alcançar uma área bastante árida que, após essa irrigação, terá a oportunidade de um desenvolvimento pleno” (Op.cit.).

Na quarta, irrigação no Nordeste, detectamos duas importantes posições. A primeira correspondeu às suas imagens sobre as atividades primárias tradicionais que contribuía para a reprodução da velha prática assistencialista do Governo Federal, como solução emergencial nos períodos secos. Sobre esse aspecto posicionou-se afirmando: “Assim, aumentar a área de produção do nosso semi-árido, com agricultura de sequeiro, onde é incerto o período de chuvas, apenas contribuirá para o aumento do número de famintos e de miseráveis” (Op.cit.). A segunda, tratou sobre a distinção entre a agricultura irrigada privada em relação à pública. Nesse sentido, informou: “(...) podemos alcançar até a marca dos 5 milhões de hectares irrigados, desde que haja um maior incentivo para a irrigação do setor privado, tendo em vista que hoje a maior parte da irrigação nordestina foi implantada pelo setor público em projetos para pequenos agricultores, que por não terem cultura de irrigação obtiveram mais fracassos que êxitos” (Op.cit.).

Em Lúcio Alcântara, destacamos a influência das imagens dos destinatários, pressupostas pelo locutor, na produção de seus discursos.

No caso do discurso de 20/04/1995, mostrava que para o Ministro do Planejamento José Serra o maior problema do Brasil eram as obras inacabadas. A partir desse ponto de vista, o Senador montou suas imagens sobre o referente (irrigação no Nordeste), tomando como pauta as políticas de açudagem e os programas de agricultura irrigada no Ceará.

Nos seus discursos havia o reforço das imagens que defendia sobre a adoção, no Nordeste, de uma importante infra-estrutura hidráulica, de um moderno modelo de agricultura irrigada com investimentos da iniciativa privada e a defesa do desenvolvimento auto-sustentável. Nesse sentido, as imagens tidas sobre a agricultura irrigada no Nordeste foram (re)construídas a partir do momento em que se promovia a irrigação competitiva, de natureza empresarial, de forte comercialização para a auto-sustentabilidade dos projetos. Era comum também, o reforço das imagens sobre as potencialidades do Ceará para se transformar num grande celeiro de produtos nobres, originários de um novo modelo de agricultura, pois, no Estado havia mais de 650.000 ha de terras férteis.

A partir desse ponto, relacionava essa possibilidade com as mudanças da realidade hídrica no Ceará, através da ampliação da oferta de água para transformar o Estado num grande reservatório de recursos hídricos integrados, viabilizando o desenvolvimento desse tipo de atividade nos novos espaços.

É importante que se diga que o parlamentar defendia sua posição, quanto à execução de projetos de irrigação, dando preferência ao modelo de irrigação privada em detrimento da pública. Daí, propôs mudanças na legislação sobre irrigação no Brasil, contestando a atual lei da irrigação, que não permitia investimentos do setor público e privado na configuração dos modernos projetos de irrigação.

Nos discursos, exploramos as seguintes imagens do locutor sobre o referente: 1) Nordeste e o semi-árido; 2) recursos hídricos; e 3) intervenção do Estado (escalas local e nacional).

Na primeira, destacamos três pronunciamentos reveladores de suas imagens sobre o Nordeste e o semi-árido. No discurso de 27/02/1997 concebeu o semi-árido como uma área singular do território nacional que possuía características específicas quanto às precipitações pluviométricas. Queria com isso, produzir um efeito de lembrança em seus ouvintes, mostrando que a região se caracterizava pela presença de variações climáticas. Disse: “(...), o semi-árido do Nordeste é uma região marcada pela incerteza da

ocorrência regular das precipitações pluviométricas” (Lúcio Alcântara, 27/02/1997). Desenvolveu não só as imagens sobre a natureza no Nordeste, mas o modelo de atividade no campo: “O que se vê hoje no Nordeste, excetuando-se alguns focos de modernização, é um setor primário debilitado, onde as atividades agrícolas tradicionais, exploradas sob condições de sequeiro, vêm apresentando persistentes e continuados declínios em seus índices de produtividade” (Op.cit.).

Porém, o semi-árido nordestino tinha um novo significado. Passou, então, a projetar imagens de uma área de grandes potencialidades, como podemos verificar no seguinte enunciado: “Temos clima estável durante o ano todo e poderemos programar nossa produção para atender aos mercados europeu, americano e dos países asiáticos, nas épocas de baixas temperaturas” (Op.cit.).

É interessante observar que no pronunciamento de 05/05/1997 falou primeiro sobre o Nordeste como uma região atrasada e rígida, para depois falar de suas grandes potencialidades. No primeiro caso, temos o enunciado a seguir: “A permanência daquela vasta região brasileira em condições de subdesenvolvimento, com suas disparidades e imensa pobreza constitui, assim, escândalo, fruto não só de um problema cultural nordestino, mas de todo o Brasil” (Lúcio Alcântara, 05/05/1997). Em seguida projetou imagens sobre um Nordeste de virtualidades. Temos o seguinte enunciado: “(...), há bastante tempo é conhecido o potencial de riquezas do Nordeste, o que torna a aceleração de seu desenvolvimento econômico não apenas viável, mas fácil” (Lúcio Alcântara, 05/05/1997).

Ainda em relação à produção de imagens a respeito das vantagens comparativas da região sobre as demais, produziu os seguintes enunciados: a) “(...) a região Nordeste possui um clima único no mundo – o semi-árido tropical, com uma média de 3.000 horas de sol por ano, permitindo desenvolver uma agricultura irrigada, com grande possibilidade de reestruturar o campo conceitual sobre o problema da agroindústria e de geração de emprego na região”; b) “A irrigação associada a altas temperaturas, luminosidade e baixa umidade relativa do ar constituem as condições favoráveis para o desenvolvimento de uma agricultura irrigada” (LÚCIO ALCÂNTARA, 15/04/1998).

Abordou também um ponto relevante sobre as vantagens da região. Tratava-se da disponibilidade de água no Nordeste. Disse: “Apesar dos baixos índices pluviométricos, má distribuição de chuvas, secas periódicas, o Nordeste possui grandes bacias irrigáveis, como as dos rios São Francisco e Parnaíba, sem contar com grandes mananciais subterrâneos praticamente inexplorados e de fácil acesso, em vários Estados da região” [grifo nosso] (Op.cit.). Cabe aqui uma observação: no momento em que falava da implantação de grandes projetos no Nordeste, a água não era pensada como um dos problemas regionais. Ressaltava até mesmo sua abundância, como podemos perceber no seguinte enunciado:

(...), o rio São Francisco com seus 1600 km de extensão, possui potencial imediato para irrigar 600 mil hectares sem necessidade de grandes obras de infra-estrutura hidráulica. O rio Parnaíba e seus afluentes, com cerca de 500 km de margens agricultáveis, podem disponibilizar cerca de 200 mil hectares de área irrigável. Outras áreas já existentes às vazantes de muitos açudes e barragens, associados às águas subterrâneas, permitirão irrigar cerca de 100 mil hectares, totalizando o potencial irrigável de todo o Nordeste de um milhão de hectares (Op.cit.).

Na segunda, sobre recursos hídricos no Nordeste, destacamos os pronunciamentos de 13/08/1996 e 27/02/1997. No primeiro, iniciou questionando o não aproveitamento dos estoques de recursos hídricos disponíveis. No enunciado a seguir, o parlamentar elaborou uma questão central da qual teria que respondê-la:

Por que, depois de cinquenta anos de implementação de obras de açudagem e mais recentemente de instalações de projetos de irrigação, ainda não se construiu, com a possível exceção de Petrolina-Juazeiro, uma economia no semi-árido nordestino baseada na produção e exportação de produtos nobres, como acontece em áreas como a Califórnia, Israel, Chile e outros países, até mesmo no mundo subdesenvolvido? (LÚCIO ALCÂNTARA, 13/08/1996).

Uma de suas respostas apresentadas estava centralizada na tradição cultural do nordestino em aproveitar a água, pois foram cometidos muitos equívocos. Um dos equívocos salientados pelo Senador foi a paralisação das obras de grande açudagem. Podemos verificar essa posição a seguir: “Em um primeiro momento, iniciado em 1945, o DNOCS optou pela solução hidráulica e construiu 295 grandes barragens com capacidade de acumulação de cerca de 16 bilhões de metros cúbicos de água. Embora pareça *um* esforço gigantesco, e ele o é, falta ainda ativar 50% do potencial hídrico para construção de barragens” (Op.cit.).

A falha cometida no passado com relação à concentração espacial das águas em algumas áreas, correspondeu à ausência de obras complementares, como a construção de adutoras. O Senador lembrou também que a região era afetada periodicamente por calamidades de natureza climática que traziam impactos importantes até mesmo nos grandes açudes que secavam e dessa maneira, não oferecia segurança aos grandes investidores na região. Outra explicação decorria do fato das obras hídricas, em sua maioria, estarem paralisadas. Então, o parlamentar defendeu que o Estado deveria investir na interligação de bacias hidrográficas no Nordeste, complementada pela execução da transposição de águas do rio São Francisco.

Na maior parte de seus pronunciamentos defendia seu ponto de vista sobre as soluções para os problemas regionais, principalmente para a implantação dos projetos de agricultura irrigada moderna, que deveriam passar pelo viés hídrico. Disse: “Há, inclusive, um consenso de que uma agricultura moderna e capitalista somente viabilizará naquela região quando estiver garantida a segurança hídrica necessária para que os vales e as chapadas irrigáveis possam ser explorados, baseados em modelos e técnicas de irrigação avançados” (LÚCIO ALCÂNTARA, 27/02/1997).

A terceira, correspondia às imagens do locutor sobre a intervenção do Estado no Nordeste. O pronunciamento de 20/04/1995 deixou evidente a referência feita em relação aos custos sociais e econômicos com a falta de recursos para que fossem concluídas as obras de infra-estrutura hídrica e dos projetos de irrigação no Nordeste. Disse: “Obra cara é obra parada! É investimento sem perspectiva de retorno. É jogar pela janela o dinheiro do contribuinte” (Lúcio Alcântara, 20/04/1995).

Dessas imagens construídas a partir do ponto de vista do locutor sobre o referente, evidenciamos que seu discurso apresentava-se como um símbolo das antigas idéias de redenção, social e econômica do povo nordestino, a partir da política de açudagem. Essas obras hídricas, que tanto falava, representavam para ele a possibilidade gradativa de “(...) utilização do nosso potencial irrigável de 300 mil hectares, já que haverá oferta de água constante com ou sem seca. Até o início do milênio, prevê-se investimentos da ordem de 2 bilhões de dólares no setor” (Lúcio Alcântara, 16/10/1997). Complementou que as principais obras redentoras e garantidoras da oferta hídrica aos grandes investidores poderiam ser: “(...), na próxima década, o projeto de interligação de bacias, financiado pelo Banco Mundial, e a conclusão do açude Castanhão, (...), inclusive os envolvidos com agricultura” (Lúcio Alcântara, 03/10/2000).

Em apenas um pronunciamento referiu-se às políticas compensatórias. Na maioria de seus pronunciamentos, defendia a idéia da ampliação da oferta de água para abastecimento dos grandes centros urbanos (região metropolitana de Fortaleza) e para garantir água aos grandes investidores em irrigação moderna (iniciativa privada). No discurso de 27/02/1997, disse: “Temos, no entanto, a absoluta convicção de que apenas a aplicação de um conjunto de políticas compensatórias voltadas para o setor agrícola e especificamente para o pequeno produtor, produza, na economia da região, efeitos com caráter de sustentabilidade” (LÚCIO ALCÂNTARA, 27/02/1997).

Nos pronunciamentos do Senador Ney Suassuna, a estratégia dominante na produção argumentativa estava centrada, sobretudo, nas imagens do locutor e de outros atores sociais sobre o referente. Comparando esses pronunciamentos, percebemos noções confusas e contraditórias em relação ao referente.

O locutor destacava os pontos de vista de pesquisadores sobre as possibilidades produtivas do semi-árido, posicionando-se favorável às idéias científicas sobre as ações necessárias ao desenvolvimento dessa região. Na verdade, havia uma combinação de imagens, pressupondo a existência de uma simetria entre o que o locutor pensava sobre o Nordeste e o que os pesquisadores pensavam sobre esse mesmo

referente.

Evidenciamos primeiro as imagens construídas no discurso de 1995, e em seguida as de 1998, apontando para essa observação anterior.

Nas suas imagens sobre o Nordeste semi-árido, explorava basicamente o que pensava a respeito do meio natural. Exemplo disso, temos:

(...) a região Nordeste tem uma característica que a identifica e a distingue de todas as demais regiões do Brasil: cinquenta e dois por cento de seu território são ocupados por solos de pouca fertilidade, muito ácidos e castigados permanentemente pela seca. Não bastasse a pouca densidade [demográfica] e a baixa frequência das precipitações pluviais nessa área, o solo, de base predominantemente cristalina, tem pouca capacidade de absorção de água, o que colabora para mantê-la mais seca ainda (NEY SUASSUNA, 06/09/1995).

Ainda nessa perspectiva, destacava a organização espacial quanto à ocupação humana das terras na região semi-árida. Nesse ponto, combinava o seu ponto de vista com o de um pesquisador, através do uso do discurso indireto. Vejamos o exemplo abaixo: “(...) essa região apresenta um grande desequilíbrio no que diz respeito à ocupação da terra: enquanto dez por cento da população detêm cerca de oitenta por cento da área, ‘os noventa por cento restante devem se contentar em formas de acesso à terra e, por extensão, aos demais meios de produção, extremamente limitativos, condicionados e precários’” (Ney Suassuna apud Duarte,⁹ 06/09/1995).

Outro aspecto que vale a pena destacar é sua posição em relação à prática agrícola na região. No seu ponto de vista, buscava também combinar suas imagens às de outro pesquisador,¹⁰ como podemos observar a seguir: “Essa é uma região *sui generis*, em que se deve despende o máximo de esforço para preservá-la, para usá-la tal como ela é, procurando apenas melhorar as suas condições, sem querer modificá-las totalmente, pois é ela refratária a qualquer método que a agrida ou que fuja às suas condições climáticas” (Ney Suassuna, 06/09/1995).

Sobre as recomendações técnicas para se obter no semi-árido a promoção da reestruturação econômica, o locutor realçava os pontos de vista do pesquisador. Os principais pontos eram sobre a convivência com o ambiente natural, adaptando tecnicamente a agropecuária e a recomposição da floresta nativa da região. Podemos observar as recomendações nos seguintes enunciados: a) “(...) no que tange à agricultura, devem ser exploradas culturas resistentes às secas e, na pecuária, deve-se dar preferência a raças comuns à região, (...)” (Op.cit.); b) “Em razão do rigor climático do Nordeste, deve-se, a qualquer custo, preservar a caatinga, evitando-se o desnudamento do solo, (...)” (Op.cit.); c) “No plantio, a preferência deve recair em culturas que exijam menos umidade e que tenham um ciclo vegetativo adequado ao ciclo das chuvas (...)” (Op.cit.); e d) “No tocante à pecuária, primeiro há que se criarem animais de raças mais resistentes às secas. Por isso, o melhor a fazer é aperfeiçoar geneticamente as raças comuns à região, para melhorar sua qualidade e sua produtividade” (Op.cit.).

Nas imagens do locutor, inspirado no ponto de vista de pesquisadores, sobre os impactos ambientais gerados pelas práticas agropecuárias incorretas, expôs em seu discurso, suas posições sobre a prática agrícola e pecuária no Nordeste. No tocante à prática agrícola disse: a) “Muito descalabro também se perpetuou contra a natureza, substituindo-se a vegetação nativa por pomares. Em razão disso, uma vasta área da região está hoje totalmente devastada, em decorrência de capinas constantes e gradagens periódicas.” (Op.cit.); e b) “Não se trata de deixar as terras e a natureza totalmente intocadas, mas de promover as correções que possam colaborar com a sua melhoria e favorecer a manutenção da umidade, sem fugir, repito, às características do clima e da região” (Op.cit.).

Ainda inspirado nos estudos do pesquisador supracitado, nas imagens do locutor sobre a prática da irrigação no Nordeste, disse:

(...) cabe uma palavra sobre a irrigação, apontada por muitos como a solução redentora de qualquer agricultura.¹¹ O engenheiro-agrônomo Jorge Coelho da Silva, (...), discorda frontalmente dessa solução.

Segundo ele, noventa e sete por cento das terras da região são impróprias para a irrigação, dada a composição do solo. O principal problema que tem surgido, em decorrência da irrigação é a salinização, que ataca implacavelmente solos antes produtivos. Além disso, três outros fatores principais contradicam esse processo como adequado: absorve mão-de-obra muito reduzida, o que não é bom para a região; a produtividade é baixa, se comparada com cultivos racionais em sequeiro e com os resultados obtidos em outros países que têm regiões semelhantes à nordestina; os custos de produção são muito elevados, atingindo, em alguns casos, patamares trinta vezes superiores aos da cultura não irrigada (Op.cit).

Nas imagens do locutor sobre água no Nordeste, citava o trabalho desse agrônomo, evidenciando sua posição, mas não a comentou. Pressupomos, então, que havia uma simetria entre as imagens desses sujeitos. Vejamos as posições deles, no enunciado abaixo:

Conclui Jorge Coelho que “a construção de cisternas é bem mais importante para o sertanejo que o desvio das águas do São Francisco e do Tocantins ou a implantação de barragens sucessivas, por ser o seu impacto social imediato, minorando os sofrimentos de milhões de sertanejos, em vez de atender uma pequena clientela elitizada, como a dos projetos de irrigação, Projeto Sertanejo, Asa Branca e outros” (NEY SUSSUNA apud SILVA, 06/09/1995).

Nas imagens do locutor sobre irrigação na Paraíba, destacamos as contradições em relação às suas posições assumidas no discurso de 1995. Vejamos os enunciados: a) “A Paraíba dispõe hoje de uma área de 900 mil hectares para a exploração da fruticultura, contando com 244 mil hectares prontos para receber projetos de irrigação. Estamos também fazendo o canal Coremas-Mãe d’Água, que disponibilizará mais 40 mil hectares de áreas irrigadas para plantio” (Op.cit.); b) “Estima-se que, em um período de quatro anos, a área plantada passará dos atuais 50 mil para 120 mil hectares, com uma produção de até 2 mil e 600 toneladas de frutas de alta rentabilidade e excelente qualidade” (Op.cit.); e c) “A agricultura paraibana deixou de ser empírica, de subsistência e tornou-se uma agricultura de mercado, de base tecnológica” (Op.cit.).

Das conseqüências práticas dos discursos

Do exposto, evidenciamos a existência de duas perspectivas distintas: 1) cobrar políticas públicas quando a escala é nacional e; 2) revelar as qualidades das práticas conduzidas pelos governadores quando a escala é regional ou local. Com isso, exploramos a confluência dessas perspectivas, avaliando no final da análise de cada tópico o sentido das práticas.

Ficaram evidentes na análise dos discursos dos parlamentares cearenses e paraibanos as mudanças na estratégia discursiva no tocante à irrigação. Chamaram-nos a atenção as mudanças nas imagens sobre o Nordeste brasileiro, tratada não mais como uma região-problema, mas como uma região de vantagens comparativas em relação a outras regiões do país. Um outro aspecto foi a mudança de sentido sobre a disponibilidade de água. Conforme o destinatário ou a situação de produção de discursos constatava-se a existência de água em abundância para a implementação de programas de irrigação no Nordeste. Em outras situações, momento em que cobrava investimentos ao Governo Federal anunciava-se a insuficiência de estoques para ativar a agricultura irrigada no semi-árido. Nesse sentido, o que prevaleceu como intenção dos parlamentares foi a decisão do Governo Federal de intervir no Nordeste para implantar programas de investimentos no setor produtivo no campo.

Os apelos ao Presidente da República tinham como objetivos garantir o fornecimento de água aos grandes investidores capitalistas no campo, defender os ajustes na elaboração dos projetos irrigados, cobrar recursos da União para que os Governadores pudessem tocar as principais obras de infra-estrutura hídrica para implementação do novo perfil produtivo no Nordeste.

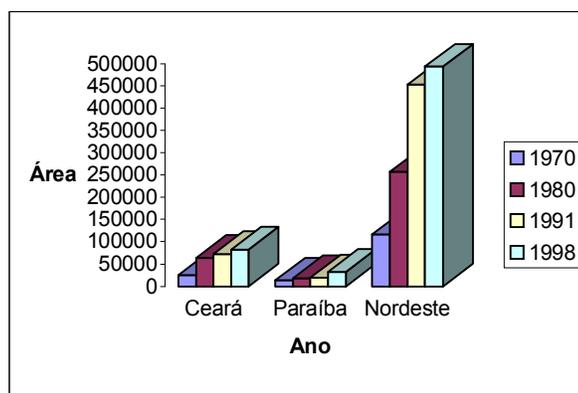
No **Gráfico 1** – Áreas irrigadas, demonstramos a evolução das áreas irrigadas no Ceará e na

Paraíba, comparando com a situação do Nordeste.

Do gráfico percebemos que a ampliação da área irrigada no Ceará em 1998 foi de apenas 14,8% em relação à 1991. Considerando a Paraíba, a área irrigada foi ampliada em 64% em relação à 1991. Com base nesses dados, percebemos que a prática da agricultura irrigada nesses Estados é pouco explorada. Contudo, a demanda por água para irrigação está abaixo da média da região que é de 189,86 m³/s. O Ceará apresentava em 1996 uma demanda de água para irrigação na ordem de 39,06 m³/s, conforme estudo de TELLES sobre Água na agricultura e Pecuária.

As mudanças na realidade produtiva no sertão cearense e paraibano foram iniciadas a partir do Programa “Brasil em Ação” do Governo Federal. Foram alocados recursos via programas específicos para ampliação da oferta hídrica, potencializado o abastecimento humano, animal, industrial e para a irrigação.

GRÁFICO 1 – Evolução das Áreas Irrigadas



Fonte: Adaptado dos trabalhos de VIEIRA, 2000:51; ANEEL, 1999.

No campo da irrigação, os principais projetos no Estado do Ceará são do vale do Acaraú e do Baixo Jaguaribe. Este último integra-se numa área de grande potencial agrícola, onde alguns projetos irrigados já estão instalados, como o projeto de irrigação de Morada Nova, o projeto de irrigação Jaguaribe/Apodi e o de Tabuleiro de Russas. Na Paraíba foram concluídas obras hídricas para garantir o suprimento de água para o projeto Várzeas de Sousa que tinha como ênfase a fruticultura irrigada. Em 2006, o projeto encontra-se paralisado, sendo que boa parte das obras de infra-estrutura já começam a se deteriorar.

Considerações Finais

Procuramos nessas considerações finais refletir sobre as seguintes perspectivas: 1) a contribuição para a ciência geográfica dos estudos sobre análise de discursos políticos; 2) a construção de dispositivos para interpretação dos velhos e novos discursos sobre água no Congresso Nacional; 3) as conseqüências dos discursos nas tomadas de decisões do executivo na implementação de políticas públicas para o setor de recursos hídricos que dinamizam ou não o espaço regional.

Na primeira perspectiva, perseguimos a análise dos discursos políticos inspirados nos estudos existentes sobre as suas condições de produção.¹² Desse modo, consideramos frutífero como campo metodológico, da interpretação da linguagem política, a ser avaliado e desenvolvido nas pesquisas geográficas. Trata-se não só de um desafio aos geógrafos, mas uma oportunidade para que sejam abertos os laços transdisciplinares com outras ciências, possibilitando novos horizontes na produção do conhecimento geográfico. Desafio, se considerarmos que o campo lingüístico, sobretudo no que concerne aos dispositivos

de análise no campo metodológico, é diverso e complexo, envolvendo cientistas de diferentes linhas de pensamento e de concepção sobre a análise do discurso.

Perseguimos a construção de um dispositivo de análise de discurso movido pela necessidade de compreensão da relação que há entre a produção da estrutura textual e o contexto em que o sujeito elabora seu discurso. O discurso é, na essência, um instrumento cada vez mais utilizado pelo homem para influir, decidir, transformar, reivindicar, mas é também complexo, pois os elementos implícitos que o compõem podem nos revelar articulações, estratégias, jogos de poder e posições dos sujeitos, sobretudo os políticos. Nele, podemos observar que – adotando um modelo de interpretação que possa nos permitir afastar ao máximo de nossa subjetividade – o contexto, a relação entre os sujeitos numa simbiose informacional, as imagens que os produtores de discursos têm sobre si, o outro, o referente e os atos de linguagem combinados, compõem uma armadura argumentativa para fazer cumprir os efeitos desejados pelos sujeitos.

Levamos muito tempo para nos inserirmos nesse debate, principalmente na tomada de decisões sobre os mecanismos mais relevantes para a análise dos discursos políticos e no amadurecimento dessa prática científica.

A segunda, refere-se aos resultados obtidos com a análise de discursos políticos, através da adoção de um dispositivo lingüístico para interpretar não só a superfície textual, mas os significados explícitos e implícitos no texto político. Nossa primeira observação é quanto à fluidez ou à rigidez dos discursos das elites políticas nordestinas diante de diferentes situações ou contextos que favorecem a produção de discursos.

Concluimos que o discurso político faz parte de um plano retórico das elites políticas, cuja estratégia discursiva revela-se homogeneizadora, sobretudo quando o referente é a seca. Porém, dependendo das condições de produção, os sujeitos políticos podem assumir posições heterogêneas, contrariando a perspectiva institucional do discurso regionalista nordestino. Nos discursos em que o referente é água, os produtores não só individualizam suas posições, mas as socializam, formando identidades de grupos discursivos. Como exemplo, é relevante observar que nos discursos sobre a transposição e a seca, as elites políticas nordestinas se dividem e se identificam, respectivamente.

Os resultados obtidos com a análise dos discursos dos parlamentares apontam para duas perspectivas: a assimilação de novas concepções sobre a condução de políticas econômicas e sociais no espaço regional para estimular as possibilidades que a região oferece e; a resistência à assimilação, conservando um plano retórico que se pauta nas desvantagens comparativas da natureza do Nordeste em relação às outras regiões. Ambas representam a possibilidade não só de se obterem recursos da União para a produção de obras de infra-estrutura dinamizadora das atividades econômicas, como ocorre no Ceará com a fruticultura, floricultura e aquicultura com características empresariais, mas também a permanência de políticas assistencialistas e clientelistas caracterizadas nos estudos de Carvalho (1987), Castro (1992) e Paulino (1992).

Em termos de usos de água estocada, percebemos que seu aproveitamento é baixo. Considerando o elevado índice de evaporação verificado na região semi-árida, acima de 1.800 mm/ano, concluimos que mais de 50% dos recursos hídricos estocados são desperdiçados, simplesmente pela ausência de políticas de convivência com a semi-aridez.

Afirmar que a atual política hídrica, acompanhada por programas governamentais infra-estruturantes defendidos pelos Senadores na tribuna, seja a propulsora da redenção é um equívoco, mesmo observando os aspectos positivos ressaltados na legislação nacional e estadual sobre a política e o sistema de gestão de recursos hídricos que destacam a participação da sociedade no planejamento e na gestão das águas. Não verificamos nos discursos uma discussão sobre a autonomia dos poderes comunitários locais na gestão do território (bacia hidrográfica). Daí, concluimos que há um reforço à tirania assimilada pela difusão do mito hídrico nos discursos que são, na verdade, a razão do retorno da retórica de políticos

conservadores, defensores da grande obra hídrica (concentradora de água) e dos políticos modernos, os que aceitam as políticas distribuidoras espacialmente das águas, fazendo-as andarem, com finalidade prioritária ao grande investimento capitalista. Acreditam que, fazendo a água andar, com a construção de rios artificiais – canais, adutoras, interligações, transposições – os efeitos da seca estarão, em breve, com seus dias contados, embora os mais pobres da região continuem a mercê desses efeitos.

NOTAS

- 1 Prática voltada ao armazenamento de água através de infraestrutura de açudagem e aproveitamento dos aquíferos disponibilizados para usos múltiplos.
- 2 Objetivo principal do GEOPPOL (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território), no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFRJ sob coordenação da Professora Dra. Iná Elias de Castro.
- 3 Designa um conjunto de enunciados contidos em textos submetidos à análise.
- 4 Vale aqui uma ressalva a esse respeito. Não cabe neste estudo fazermos uma extensiva e enfadonha descrição sobre as possibilidades teórico-metodológicas em análise do discurso. Apenas, devemos destacar e descrever o procedimento que mais se aproxima dos objetivos destacados nesta pesquisa.
- 5 A perspectiva do estudo do discurso de Osakabe apoia-se nas reflexões de Halliday.
- 6 A representa o destinador, B o destinatário e R o referente.
- 7 Deste total de pronunciamentos estão incluídos os pronunciamentos de Senadores excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos na pesquisa realizada.
- 8 O referente foi a agricultura irrigada no semi-árido.
- 9 Renato Duarte, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e Professor da Universidade Federal de Pernambuco
- 10 Tratava-se de Jorge Coelho da Silva, engenheiro agrônomo da SUDENE que publicou um livro intitulado “Tecnologias Agrícolas para o Semi-Árido Brasileiro”, pela Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988
- 11 Esse grifo é para destacar a posição confusa do locutor. Nesse texto, entra em contradição, pois, há uma incoerência desse pronunciamento em relação a outros.
- 12 Isso porque centramos nossos estudos nos sujeitos produtores, ou seja, parte dos Senadores da bancada nordestina.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes** de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, São Paulo: Cortez, 1999. 338p.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7ª ed. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- CARVALHO, Inaia M. M. de. **O Nordeste e o regime autoritário**: discurso e prática do planejamento regional/Inaia Maria Moreira de Carvalho, São Paulo, HUCITEC - SUDENE, 1987. 359p.
- CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID - Associação Brasileira de irrigação e Drenagem, 1988;
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino de Iná Elias de Castro, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992. 235p.;
- ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. / Umberto Eco; tradutora Pérola de Carvalho; Revisão de Afonso Nunes Lopes, São Paulo: Perspectiva, 1999. 315p.;
- FORGET, Danielle – **Conquistas e Resistências do Poder (1964 – 1984)**: a emergência de um discurso democrático no Brasil. – São Paulo: Editora da USP, 1994. 209p.
- GADET, Françoise & HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma contribuição a obra de Michel Pecheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. 319p.;
- GALVÃO, Josias de Castro. **Água, a redenção para o Nordeste**: discursos das elites políticas cearense e paraibana sobre obras hídricas redentoras e as práticas voltadas ao setor hídrico. 2003. 372f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 3ª ed. - São Paulo: Contexto, 2000.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fonte, 1999. 224p.

PAULINO, Francisco Souto. **Nordeste, poder e desenvolvimento sustentado**: discurso e prática / Francisco Souto Paulino, Fortaleza: EUFC, 1992. 150p.;

TELLES, Dirceu D'Alkimin. Água na agricultura e pecuária. In.: REBOUÇAS, Aldo da Cunha . *et al.* **Águas Doces no Brasil**. São Paulo: Excrituras, 1999.

Trabalho enviado em março de 2006

Trabalho aceito em agosto de 2006